



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: TIÃO FARIAS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 10 DE MAIO DE 2012

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Tumulto

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Bom dia a todos. Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da terceira audiência pública do ano de 2012, com a presença dos Srs. Vereadores Dalton Silvano; Floriano Pesaro; Alfredinho; José Américo; e Ítalo Cardoso.

Antes de iniciarmos os trabalhos, gostaria de ouvir as palavras do Presidente desta Casa, nobre Vereador José Police Neto.

O SR. JOSÉ POLICE NETO – Agradeço ao Presidente Tião Farias, cumprimento os Srs. Vereadores que participam desta audiência pública relativa ao Projeto de Lei 29/2012, que já tramitou na Comissão de Constituição e Justiça, nas comissões de mérito, foi votado no plenário, momento em que a Casa assumiu um compromisso com a sociedade, como tem sido uma regra do nosso processo democrático, de realização de audiência pública, a ouvir a sociedade, receber indagações, críticas e também as sugestões de alterações do processo legislativo.

Então, a nossa presença hoje aqui, nobre Vereador, é com o intuito de recolher a opinião da sociedade pujante da cidade de São Paulo, 11,3 milhões de habitantes, que tem a oportunidade de vir a este plenário, assim como de nos acompanhar pela internet, visto que nossos plenários contam hoje com esse dispositivo permitindo não só o acompanhamento dos nossos trabalhos presencialmente, como o acompanhamento pela rede mundial de computadores.

Lembrando que nos próximos dias 12 e 13, ocorrerá neste plenário um trabalho importante que a Casa vem fazendo de abertura de dados públicos, a primeira Maratona Hacker, portanto, primeiro desafio de dados abertos do País para a formação de aplicativos em cima dos dados abertos oferecidos pelo Parlamento Municipal da nossa cidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Informo que esta reunião está sendo

transmitida pela internet através do portal da Câmara – www.camara.sp.gov.br, link Auditórios On-Line.

Foi feito o convite ao Instituto Lula para mandar um representante, estamos aguardando; e também um convite ao Executivo, que teve a iniciativa de fazer a doação. Mas até agora não veio nenhum representante. Portanto, o debate ocorrerá sem essas partes.

As pessoas interessadas em fazer o uso da palavra devem se inscrever com a Assessoria e terão, regimentalmente, três minutos para fazer a sua exposição.

Muito nos honra a presença de todos aqui, o que demonstra que realmente a vontade de ouvir a população desta Cidade sobre os temas que nos interessa é sempre estimulante. Às vezes não comparece ninguém da sociedade civil nas audiências públicas. Nesse caso, fico muito feliz com a presença de todos.

Peço ao nobre Vereador Dalton Silvano que proceda à leitura do projeto.

O SR. DALTON SILVANO – Bom dia a todos. Embora Vice-Líder do Governo, estou falando como membro desta Comissão, sempre lembrando que todas as sugestões feitas na audiência pública são encaminhadas à Liderança do Governo, para eventualmente poder utilizar-se das sugestões da audiência.

Através das notas taquigráficas, as sugestões são encaminhadas ao Governo através das lideranças desta Casa.

Projeto de Lei 29/2012: “Artigo I - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Instituto Luis Inácio Lula da Silva – Instituto Lula – mediante concessão administrativa independente de concorrência pelo prazo de 99 anos o uso das áreas municipais situadas na rua dos Protestante – Centro, objetivando a instalação do Memorial da Democracia”.

No artigo II, o concessionário fica obrigado a apresentar os projetos e memoriais das edificações a serem executadas no prazo de 12 meses, contados da vigência desta lei, e a iniciar as obras no prazo de 12 meses a partir da aprovação dos projetos.

§ 1º. Os projetos e memoriais referidos no “caput” deste artigo deverão atender as

exigências legais pertinentes, bem como as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP e pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - CONDEPHAAT.

O artigo IV estabelece: além das condições que forem exigidas por ocasião da assinatura do instrumento de concessão, no sentido de salvaguardar os interesses municipais, fica o concessionário, no desenvolvimento de suas atividades, obrigado a cooperar com os serviços afins da Prefeitura sempre que para tal for solicitado, devendo ainda:

1) garantir que o Memorial da Democracia permaneça aberto à coletividade em geral; 2) permitir acesso gratuito aos estudantes da rede pública de ensino mediante agendamento oficial entre a direção do estabelecimento de ensino e o Memorial; 3) permitir amplo acesso das instituições públicas de âmbito municipal, estadual e federal a todo o acervo documental do Memorial; 4) conceder isenção para 20% das turmas da taxa a ser cobrada nos cursos de formação que serão promovidos no local para estudantes da rede pública de ensino; 5) realizar ampla divulgação das atividades desenvolvidas pela mídia em geral. Esses são os principais artigos.

Há a questão das multas de 20%, 10% e 5%. Pedi o auxílio do Sr. Presidente para demonstrar no telão esse projeto de lei para que todos possam acompanhá-lo. A essência do projeto é essa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Obrigado, Vereador Dalton Silvano. Gostaria de comunicar que estamos recebendo a visita dos Vereadores Jamil Murad e Carlos Néder, que é membro da Comissão.

O Vereador Dalton Silvano, que também é membro da Comissão, já fez um esclarecimento. O que for discutido hoje será anexado ao trâmite do PL. Se alguém tiver algum documento por escrito poderá entregá-lo. As pessoas que quiserem se manifestar poderão se dirigir à tribuna. As Notas Taquigráficas serão incluídas na tramitação do projeto de lei.

Conforme diz o Regimento, os inscritos terão três minutos para suas considerações.

Tem a palavra o Sr. Marcos Maher, da entidade Revoltados On-Line.

O SR. MARCOS MAHER – Srs. Vereadores, senhoras, bom dia. Na audiência pública, como os senhores mencionaram, geralmente a sociedade não participa. Por que a sociedade brasileira e a paulistana estão participando?

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Sr. Marcos, só um instante. No início, anunciei que havia feito o convite para vir alguém do Executivo participar desta audiência pública. Como não apareceu ninguém iniciamos os debates. Pergunto ao senhor o seguinte, se o senhor quiser continuar, tudo bem, mas um membro do Executivo para fazer a defesa do projeto chegou agora. O senhor prefere que ele fale primeiro e depois o senhor faz as suas considerações?

O SR. MARCOS MAHER – Ele pode fazer a defesa. A nossa defesa do projeto, a sociedade fala depois.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Muito obrigado, Sr. Marcos. Tem a palavra o Sr. Henrique Sugaya, Procurador da Sempla, que dispõe de 20 minutos.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Vou esclarecer. O Regimento diz que o autor pode fazer a explanação por 20 minutos e a sociedade tem o resto do tempo para as perguntas. Se quiserem juntar várias pessoas e falar num tempo só não há problema. Mas, individualmente, são três minutos. Está no Regimento, não é invenção minha. É dessa forma que é realizada a audiência pública.

Tem a palavra o Vereador Dalton Silvano.

O SR. DALTON SILVANO – Sr. Presidente, apenas para esclarecer que 20 minutos é o limite máximo, mas se o autor achar que tem de falar em um minuto, o que não seria bom, mas queremos ouvir até 20 minutos, não necessariamente 20.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Tem a palavra o Sr. Henrique Sugaya, Procurador da Sempla.

O SR. HENRIQUE SUGAYA - O projeto de concessão de uso destinado ao Instituto tem sua razão de ser pela importância do acervo presidencial, independentemente do presidente ser desse ou daquele partido.

São oito anos de governo e toda a documentação é um patrimônio a ser preservado. Por isso a razão da concessão de uso

A concessão de uso tem dois fundamentos. O primeiro é a importância desse acervo e o segundo é que exige um investimento de grande monta. De fato, não se permite adotar uma permissão de uso.

Do ponto de vista jurídico ele passou pela Procuradoria Geral do Município, pela Secretaria dos Negócios Jurídicos e foi aprovado. Quanto aos demais aspectos, confia-se no crivo do próprio Legislativo.

Houve precedentes na história e um dos exemplos é a Fundação Juscelino Kubitschek, em Brasília. Particular, é verdade, mas que também deveria ter o apoio do poder público.

Temos também o acervo do Fernando Henrique Cardoso, particular também, mas que também mereceria apoio do poder público.

É o que se procura fazer agora com esse acervo presidencial.

São essas as considerações que teria a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Muito obrigado. Gostaria de anunciar que estamos com a visita do nobre Vereador Aurélio Nomura, do PSDB.

Por favor, Sr. Marcos, retome seus 3 minutos.

O SR. MARCOS MAHER – Mais uma vez obrigado, bom dia. A Revoltados On Line, sociedade civil organizada, juntamente com outros movimentos, inclusive de outros

estados, quer dizer que é tão inconsistente a defesa do PL, é um ato imoral da Prefeitura, o Sr. Prefeito, a tal ponto dele dar simplesmente o exemplo do Lincoln, ou seja, e o Instituto FH é privado, e foi feito com verbas privadas.

Ninguém é contra a história do Sr. Luis Inácio, nem do partido, mas o instituto é privado. Um terreno público para uma concessão secular, vejam bem: é secular, senhores, é imoral. Um instituto, qualquer corpo diretivo pode mudar seus estatutos e os estatutos do Instituto Lula são desconhecidos. Eu procurei, pesquisei, não os encontrei.

Então, eles podem ser alterados a qualquer momento por seu corpo diretivo. Estamos concedendo um terreno público por um período de cem anos. É um século! Eles podem fazer o que quiserem. Esses cursos são para quê? Qual a categoria desses cursos?

Srs. Vereadores, o Museu da Democracia deveria ser assumido por um Ministério da Cultura e não pela Cidade de São Paulo, não pelos paulistanos ou brasileiros. Nós temos necessidade de hospitais, creches, centros de atendimento aos autistas, aos especiais. E o que a Cidade fará? O que o Sr. Prefeito está fazendo? Concedendo um terreno público para uma instituição privada. Isso é ilegal, imoral.

Srs. Vereadores, se V.Exas. não alterarem esse projeto para a sociedade e não acabarem com isso, serão envergonhados perante seus eleitores. É uma vergonha. Desculpem-me, senhores. Conheço alguns e alguns até me excluíram das redes sociais. Enviei e-mail para cada um dos senhores, mostrando que é injusto isso.

A Cidade precisa de hospitais e creches. Quantas mães trabalham no Centro? Que necessidade de creche, se o Sr. Prefeito está concedendo esse terreno, quando as mães precisam de creches nessa região.

Se o ex-Presidente e a bancada do PT tiverem honradez, o mínimo de consciência pelo povo, declinarão desse convite. E os senhores estarão fazendo a concessão para a construção de hospitais, de creches, de centros de saúde que não existem para o morador da região central. O mais próximo fica na Barra Funda ou em Santana.

Portanto, senhores, reflitam muito bem no que estão fazendo. A sociedade cobrará. Os senhores passarão, mas os eleitores cobrarão.

Nossa defesa é pela sociedade e pelas necessidades da Cidade. O Sr. Prefeito prometeu em sua campanha 273 metas e chegou a apenas 73. E o 'zero' das creches? E os hospitais? Foram só promessa de campanha.

Ninguém aqui é contra os documentos ou à memória do ex-Presidente, mas que não seja um terreno público doado à uma instituição privada.

Ele, o PT, e instituto, têm condições de comprar um terreno e construir esse memorial.

Senhores, peço que modifiquem para a sociedade: construindo hospitais, centro de referência aos autistas e aos especiais. Que seja para uso público. O terreno público é para uso público. Esse projeto é um cheque em branco.

_____ Poderia citar Caio Tácito que a regra de competência não é um cheque em branco. Então, por favor, não passem esse cheque em branco. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Gostaria de chamar o próximo orador, Sr. Marcelo Medeiros, Movimento 31 de Julho.

Permitam-me citar o nome do próximo orador, a quem peço ficar perto do microfone: Sr. João Hélio Salgado.

Com a palavra o Sr. Marcelo Medeiros, por 3 minutos.

O SR. MARCELO MEDEIROS – Bom dia, senhoras e senhores, Srs. Vereadores, a todos os presentes, gostaria de iniciar: venho do Rio de Janeiro como cidadão brasileiro, para tentar passar a impressão que a cidadania em de atitudes têm como essa. Costumo citar sempre, todas às vezes que fazemos algum movimento político, uma frase que tomamos como exemplar, vou tomar a liberdade de ler aqui: “O Analfabeto Político. O pior analfabeto é o analfabeto político. Ele não ouve, não fala, nem participa dos acontecimentos políticos. Ele não sabe o custo de vida, o preço do feijão, do peixe, da farinha, do aluguel, do sapato e do

remédio dependem das decisões políticas. O analfabeto político é tão burro que se orgulha e estufa o peito dizendo que odeia a política. Não sabe o imbecil que, da sua ignorância política, nasce a prostituta, o menor abandonado, e o pior de todos os bandidos, que é o político vigarista, pilantra, corrupto e lacaio das empresas nacionais e multinacionais. [Bertolt Brecht.](#)”

Não falo isso em nenhum tom beligerante a esta Casa, mas apenas para dizer que apenas para dizer que as pessoas que estão aqui, todas, estão aqui com a consciência política. Ouçam o que essas pessoas tenham a dizer. Ouçam a voz que vem das ruas. Nas ruas escutamos o que o povo gostaria que fosse feito desse terreno. Um concessão dessas, é um absurdo, porque, primeiro o Presidente Lula, têm milhões de seguidores, milhões de admiradores e tem razão para isso. O Presidente Lula não precisa de benemerência com chapéu alheio. Acredito que ele mesmo não concorda com isso. O Presidente Lula, hoje, se não é um homem rico, é muito bem relacionado. Consegue, com certeza, recursos suficientes para fazer de meios próprios o seu memorial. Então a Cidade de São Paulo precisa dar atenção e os vereadores é que são responsáveis por isso. A sua população mais carente que foi certamente, quem os elegeu, na grande maioria,. Não foi o pessoal que mora nos Jardins que paga plano de saúde, não. Mas gente que usa o SUS, que é essa vergonha nacional. É gente que não tem educação básica de qualidade, que precisa de uma escola com qualidade. Em um terreno público não se pode construir nada privado. Não se deve construir. Nosso vereador que falou, justificando isso, justificou que os outros presidentes tiveram os seus institutos construídos. Acho ótimo. Eu acho que a memória do País tem de estar realmente daqueles que foram seus presidentes. O Presidente Lula tem uma importância enorme para o povo brasileiro. Não merece ele, se aproveitar, ele que sempre foi contra utilizar-se os recursos para fins privados, eu duvido que ele queira isso. Ele não precisa. Ele tem outros meios. Os Srs. vereadores não têm de fazer benemerência com chapéu alheio não. A população está aí. Ela quer creche, hospitais e tudo mais da qual ela é carente. Vim aqui para dizer isso para vocês. Os movimentos que aqui estão não querem derrubar nenhum poder, nem denegrir

nenhuma instituição. Estamos nas ruas, criamos os nossos movimentos para fortalecer os poderes, não para enfraquecê-los, e para fortalecer esses poderes façam, Srs. Vereadores de São Paulo, a parte que lhes cabe. Olhem pelo povo e não pelo privado. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Gostaria de anunciar a presença do nobre Vereador Claudio Fonseca do PPS e também parabenizá-lo pelo aniversário no dia de hoje.

Com a palavra o Sr. João Hélio Salgado, do Movimento nas Ruas, que tem minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JOÃO HELIO SALGADO – Bom dia a todos. Prometo que não vou usar os três minutos. Três minutos, é não seria o suficiente para demover o pessoal que está com a ideia definida que já estão com seu pensamento feito. Vou usar menos que isso, pedindo que seja reconsiderado que foi dito aqui na outra reunião que quem estava na plateia defendendo o ponto de vista era vagabundo, acredito que aqui não tem nenhum vagabundo, são todas pessoas bem intencionadas e pedindo a todos que pensem no que estão fazendo para que possamos se alicerçar nesse movimento, contra essa construção, que não somos contra a construção, estamos sendo contra a forma que está sendo feita. Para isso pedimos um parecer de uma pessoa muito importante que acredito que deva ser ouvido, vou ler, aqui, na integra para vocês. Isso foi enviado para a Carla, que é a Coordenadora do Movimento nas Ruas dizendo o seguinte: “Pessoalmente, entendo que a sessão feita pelo Governo Municipal para o instituto do Presidente Lula, poderá criar problemas para o Prefeito Kassab, para o Presidente, como ocorreu com a doação dos carros pelo Prefeito Maluf, aos campeões mundiais de 1970. Lembro que o idêntico Instituto Fernando Henrique foi financiado por recursos privados. Num orçamento tão restrito como o de São Paulo essa doação poderá vir ser barrada na Justiça com responsabilização de ambos. Com o prestígio que o Lula tem não teria nenhuma dificuldade em obter recursos e terrenos na iniciativa privada como o fez o Fernando Henrique. Forte abraço. Ives Gandra da Silva Martins.”

Eu, nada mais tenho a dizer. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Com a Sra. Georgia Menezes de Aguiar, da União Jovem das Ruas.

A SRA. GEORGIA MENEZES DE AGUIAR – Bom dia a todos. Venho aqui hoje portando a voz dos universitários de São Paulo, inclusive tivemos na Virada Cultural, pegando assinaturas informando a causa, o projeto e acredito que toda sociedade quando votou, quando os elegeram, quando os colocaram nessa banca, não os colocaram nessa banca para doar um terreno público onde todos pagam impostos para a iniciativa privada para ser feito um museu de político, ,museu da democracia. Acredito que todos que estão aqui e todos que estão na universidade que não puderam comparecer e que queriam estar aqui falando também. Quero passar essa mensagem, porque é um terreno onde pode ser construído alguma coisa para a sociedade, um hospital, uma escola pública, clinica de reabilitação, até mesmo para o pessoal da cracolândia que foi dispersado e que estão jogados nas ruas precisando socorro. Gostaria de pedir, todos, acredito que o interesse da sociedade, se você sair nas ruas para perguntar quantas pessoas realmente prefere abrir mão de um terreno público onde pode ser construído uma coisa de interesse público para ser construído um museu da democracia, acredito que poucos responderão que sim. Acredito que todos que estão aqui, estão com a melhor das intenções, devem ser ouvidos. Democracia é isso: democracia é não ouvir a voz dos políticos, mas a voz do povo. Acredito que para isso que todos estão aqui. Para ouvir a voz do povo e representar o povo da melhor forma possível. Que não seria doando um terreno público de até 20 milhões para a iniciativa privada sendo que outros museus da democracia já foram feitos de forma privada com investimentos privados. O prefeito que dar um terreno para o Lula construir ou para o PT construir um Museu da Democracia, acho válido, só que acho que deve comprar um terreno e dar de presente para o Lula e não pegar terreno do povo. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Com a palavra o Sr. Pedro Ianote.

O SR. PEDRO IANOTE – Quero cumprimentar a todos. Estou nas ruas de São Paulo desde agosto de 1942. Conheço tudo, sei de tudo, todos os movimentos que

aconteceram em São Paulo, ABC, tudo eu sei. Mas como não dá para falar tudo, 1% do que precisava falar. Quero dizer que é injusto ceder esse terreno. O centro está precisando ter outras prioridades. Começar por hospitais. Não tem. Vejo acidentado todos os dias nas ruas, tem de levar 20 quilômetros distante do Centro. Um amigo meu da Toshiba da Santa Efigênia., por falta de recurso acabou morrendo na rua. Estive perto do terreno, está bonito, parece uma pista de gelo, dá quatro passos, atravessou chegou bna Rua dos Gusmões é um aterro sanitário, no centro. Quem conheceu o centro de São Paulo, a 50, 60 anos atrás como eu, todos admiravam. Gosto do Centro de São Paulo, agora simplesmente, pegado a Duque de Caxias a Liberdade, considero um lixão, aterro sanitário. Dia de semana com a enorme população quase ninguém vê. Mas faz como eu que vou no domingo e feriado o que acontece no centro é simplesmente um absurdo. Sou contra a cessão do terreno. Moro no bairro do Ipiranga, conheço tudo lá, Cambuci, Ipiranga. Aquela zona lá foi feito pesquisa para jornal de bairro, onde 75% não aceitam essa cessão do terreno, porque têm outras prioridades. Por essa razão contra. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Com a palavra o Sr. Fausto Ferraz, revoltados on-line.

O SR. FAUSTO FERRAZ – Bom dia a todos. Bom dia aos presentes que estão exercitando a tal democracia brasileira. Assim como nosso amigo Marcos Maia, procurou pelas redes sociais. O Instituto Lula pelo seu estatuto, até para podemos ter mais base para gente poder se posicionar, mas ninguém encontrou o estatuto. Já me antecedeu o representante do Instituto Lula, ele poderia fazer um compromisso aqui com os presentes de disponibilizar esse documento que foi inclusive pedido por alguns vereadores desta Casa. Vou começar perguntando quem é a pessoa que se apodera desta palavra tão importante chamada democracia, para poder passar para um instituto privado esse nome democracia. Sabemos da importância do Sr. Lula, do processo de redemocratização do País, mas antes do processo de redemocratização do País, não podemos nos esquecer de quem garantiu a democracia desse

País. o mundo na década de 60 vivia como se fosse um tabuleiro de War, acredito que todos conhecem esse jogo, azuis e vermelhos. E teve um pessoal muito importante, quando eu era estudante eu fui mal orientado, que garantiu hoje nós estarmos nesta Casa, que foram os militares. A turma do Sr. Lula, lá em 1964, queria estar lá neste País, um governo de ascensão, tal qual em Cuba, até hoje. Doaram dois bilhões de reais do povo brasileiro ao governo de Cuba, sem nos perguntar se autorizamos isso ou não. Assim como estão fazendo hoje com esse terreno, que é publico, assim como o dinheiro público que foi para Cuba, dois bilhões, um terreno dessa magnitude no centro da cidade, da importância que tem o centro da Cidade de São Paulo. O mínimo que o Sr. Presidente Lula, hoje, acometido da doença que infelizmente o acomete, era não aceitar, era declinar dessa infeliz ideia, que certamente alguns de vocês sabe, qual o verdadeiro objetivo, que vê pela fundação do partido PSD, talvez tentar ter algum tipo de benesses ai com o poder, não sei...é uma questão para gente pensar.mas o Presidente Lula poderia declinar desse pedido e sugerir ali a construção de um centro de referência para tratamento do câncer. Porque enquanto ele teve recurso para se tratar no Sirio Libanês a população brasileira não tem nenhum centro de referência para tratar do câncer. Curiosamente no mesmo dia em que ele estava se tratando lá teve um jornal que deu a manchete de que estava faltando recursos para o tratamento do câncer através do SUS. Creio que isso não é justo como muito bem escreveu o artigo do Ives Gandra, talvez isso possa ser até ilegal, mas acima do que é legal e do que é ilegal, ter moral. Isso certamente não é moral. Seguramente não é moral. Faço esse apelo esse apelo aos Vereadores, extensivamente ao Presidente Lula., que ele recuse, decline. Ele não precisa, certamente, ele tem muitos empresários que estão sendo beneficiados assim como população pelo momento econômico que vive que o País, e certamente esses empresários ajudarão, se for esse o verdadeiro objetivo a preservação da democracia que eles doem esse dinheiro para o Lula e vai ele vai fazer o Instituto dele em outro lugar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Tem a palavra a Sra. Carla.

A SRA. CARLA ZAMBELLI – Bom dia a todos. Meu nome é Carla Zambelli, sou uma das fundadoras do movimento Nas Ruas junto com Marcelo Santos que está aqui também. Nós dois juntos representamos 70.423 pessoas hoje, esse é o tamanho do movimento Nas Ruas. Alguns dos membros estão presentes, outros não, infelizmente, porque essa sessão, no horário comercial, foi o contrário do que foi pedido. Para eu estar aqui, hoje, está sendo descontado do meu salário.

Darei um recado ao Vereador Apolinario, não sei se S.Exa. está aqui, eu não o vi, deveria estar, eu acho, não sei. Mas estou aqui não porque sou vagabunda ou faltei ao trabalho, ou estou desempregada e nem sou milionária, que foi o que ele quis dizer na última sessão. Sou uma cidadã que exerço os meus direitos e que estou representando 70.423 pessoas. Não aceito ser chamada de vagabunda. Ele não chamou de vagabunda, mas foi isso o que ele quis dizer, óbvio, para bom entendedor meia palavra basta.

Além da representatividade do Nas Ruas e que não somos vagabundos, quero deixar claro também que parabenizo cada um de vocês que puderam vir aqui hoje e, provavelmente, devem ter faltado a algum emprego ou faculdade para poder exercer a cidadania. O João Hélio Salgado também está com o salário descontado hoje para poder está aqui.

Faço um pedido para que este tipo de sessão seja feita depois das 18h para que, ai sim, a Casa do Povo esteja cheia. Infelizmente, o brasileiro não tem tanta consciência política, mas as pessoas que abordamos na Virada Cultural e todas as pessoas que acessaram a petição e a assinaram e a qual entregaremos antes da 2ª votação e que foi colhida mais de 3 mil assinaturas em três dias, mas que, infelizmente, não tivemos ainda o apoio da mídia para divulgar essa petição pública, faço um apelo aos jornalistas presentes para que divulguem o site da petição pública que estamos colhendo assinaturas e um outro apelo também para que entrevistem o Lula, perguntem se ele quer o Memorial da Democracia em lugar de um hospital ou de uma escola ou de alguma coisa que o Brasil está tão carente e tão precisado.

Aqui na Luz não há nenhum posto de saúde e essa é a proposta do Nas Ruas. A grande maioria dos nossos membros apoiou essa proposta de que construa um posto de saúde para atender os dependentes químicos. O Dr. Gilberto Martins está presente e apresentará a proposta resumida para vocês.

Em uma cidade onde todos já pagam seus impostos e a grande maioria que está aqui paga plano de saúde, aliás, gostaria de fazer uma pergunta, quem aqui paga plano de saúde? Por favor, levantem a mão. Quem aqui paga escola particular para os filhos, levante a mão, por favor. Sabe por quê? Porque a nossa saúde pública é uma miséria, é uma vergonha, a nossa educação pública é um lixo. Já foi muito boa, eu estudei em escola pública, mas hoje é um lixo. Então, a Mara Zumpa, por exemplo, tem proposta de ensino político excelente que podia ser construído naquele terreno.

É um absurdo fazer isso com o povo. A gente deve ter cara de idiota.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Tem a palavra o nobre Vereador José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Saúdo todos os Srs. Vereadores da Comissão, mais os Srs. Vereadores que compareceram aqui e todos que estão presentes participando desta audiência pública.

Precisamos tratar deste caso de maneira objetiva e buscar, diferentemente do nosso mais ideológico de todos os nossos juristas, Ives Gandra, tratar isso à luz de argumentos objetivos e da lei.

Foi lida uma manifestação do Dr. Ives Gandra. Acho que ele deveria vir debater aqui conosco, devia entender aquilo que se chama Lei de Concessão de Uso - que, na nossa cidade, é generalizada, é aplicada para escolas de samba, é aplicado para clubes de futebol.

Recentemente, o Sport Clube Corinthians Paulista recebeu uma concessão desse tipo. O Círculo Militar, ao lado do Ibirapuera, que não está em região degradada - foi uma das

regiões mais valorizadas de São Paulo -, ocupa...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - É, é. Essa é uma área...

Não, mas ainda tem a concessão, que ainda está durando, é uma concessão muito polêmica. Eles ocupam dois alqueires de terra, quer dizer, várias vezes o que estamos dizendo. Lá também, se quiséssemos argumentar desta forma, poderiam construir muitas outras... Aliás, melhor, poder-se-ia vender o terreno do Círculo Militar. Daria para construir algumas centenas de creches, de postos de saúde, etc.

Então, só queria dizer que existe uma política de concessão de áreas públicas na cidade de São Paulo que vem sendo aplicada. O Voto Consciente, que está tão alinhado hoje a essa posição de mérito, também deveria levantar isso. É uma posição de concessão, na cidade, de muitas e muitas áreas, que, em muitos casos, é discutível; em outros, nem tanto. Mas, enfim, existe essa concessão.

Quer dizer, transformar uma única concessão, que é para o Instituto Lula, numa espécie de substituto de todas as creches e hospitais que São Paulo deseja, na verdade, acho que é um argumento de natureza ideológica. Respeito, mas é argumento de natureza ideológica.

Podemos perceber muito claramente pelas duas intervenções anteriores, por ele - de quem esqueci o nome -, pois vemos que o vezo ideológico dele é absoluto, uma pessoa que se identifica com aquilo, com o passado triste do nosso país e, evidentemente, vai se insurgir sempre contra o museu, um memorial da democracia. É claro que ele vai se insurgir. Pensando isso que ele pensa, é claro que ele vai se insurgir sempre. Provavelmente deve ficar até incomodado com o Instituto do FHC, acho.

- Manifestações no Plenário.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Então, acho que são pessoas...

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) - Por favor, por favor. Eu aviso: até agora, não

cortei o tempo de ninguém. Há várias pessoas que se excederam.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Pois é. Por aí a gente vê.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) - Estou sendo tolerante com vocês. Por favor.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Então, acho que é um vezo antidemocrático mesmo.

Quem está associado a esse passado é óbvio que não vai conseguir entender.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) - Por favor.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Você não lutou por democracia.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha

O SR. JOSÉ AMÉRICO (PT) – Você não lutou.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Você está associado ao Golpe de 64, você é um defensor da Ditadura.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Vereador José Américo, por gentileza.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Defensores da Ditadura sempre serão tratados assim por mim. Concluindo, ...

- Tumultua-se o Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Quero dizer...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO - Mas no Brasil também não tinha.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Olha, se continuar assim, vou suspender a sessão. Por favor.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Temos de respeitar, por favor.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – É verdade, começou assim.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Olha, de ofício, posso suspender a sessão e acabar o debate, porque isso não é debate. Por favor, quem quiser se manifestar tem três minutos e se inscreve.

Já acabou. Ele vai encerrar e vamos passar para o próximo. Por favor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Não houve. Não estamos falando de desembolso de dinheiro público, como foi colocado aqui várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor, José Américo.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – Estamos falando de uma concessão de terreno, como são concedidos os terrenos na nossa cidade.

Numa área degradada, o Instituto Lula virá ajudar a revitalizar aquela área.

- Manifestações na galeria.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – A revitalização daquela área é fundamental.

Até agora a iniciativa privada tem tido pouquíssimo interesse, inclusive no Projeto Nova Luz, no sentido de investir naquela área.

Então, devemos fazer essa discussão da forma mais objetiva e não ideológica possível. Um acervo do Presidente da República é um bem cultural, não é algo particular ou privado.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. JOSÉ AMÉRICO – E deve ser incorporado. Inclusive outros presidentes da República, como Fernando Henrique Cardoso, deveriam reproduzir seu acervo para esse Memorial.

Muito obrigado.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor, no início fiz um comunicado a todos de que se alguém quisesse abrir mão da palavra para outra pessoa, o tempo seria somado. Gostaria que vocês ajudassem, pois essa manifestação só dificulta o andamento da reunião. Não quero cortar a palavra de ninguém. Não cortei até agora e não vou cortar. A pessoa deverá ter bom senso e encerrar a fala ao terminar o seu tempo. Não quero ser autoritário. Posso ser, mas não quero.

O SR. ALFREDINHO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor, Sr. Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Sr. Presidente, tem uma pessoa me intimidando aqui.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor, eu sou o Presidente desta comissão. Ele já foi para o seu lugar. Vamos continuar.

Tem a palavra a Sra. Lair.

A SRA. LAIR – Bom dia, Sras. e Srs. Vereadores, senhoras e senhores. Não faço parte de nenhum movimento, sou uma contribuinte, uma recém-desempregada pelo partido do PT. Trabalhava na Dataprev, que está demitindo em massa vários empregados. Também sou síndica de um condomínio.

Como contribuinte desde que vi a doação por mero oportunismo do Sr. Prefeito achei um absurdo. Se é para construir algo na Cracolândia - falamos de hospitais, falamos de escolas, falamos de creches, falamos de tudo -, por que não um hospital para cuidar dos drogados, já que é a área deles? Fala-se tanto em democracia. Onde? Democracia com os jogadores cubanos que foram deportados? Democracia que está havendo dentro da Dataprev comandada por um “petralha” chamado Rodrigo Assunção, que era de Santo André? Isso é democracia, que está demitindo funcionários com mais de 40 anos de empresa? Por que Museu da Democracia para o Lula? Onde tem democracia no PT?

Eu não sou partidária. Venho aqui como contribuinte manifestar minha vontade. No

prédio em que sou síndica ninguém é favorável. Se não vieram hoje é porque estão trabalhando. Se não vim até hoje nas audiências é porque até o dia 10 de abril eu trabalhava dentro de um sistema que tem de bater ponto das 8h às 17h ou das 9h às 18h. Se faltasse descontavam no salário, principalmente dos que contestam. Então, democracia se é para ver, tirem o Sr. Lula dali, tirem o PT dali, porque por trás têm outras coisas envolvidas. Provavelmente vão ensinar luta armada e terrorismo em cima dessa escola.

Era só. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Muito obrigado. Tem a palavra o Sr. Gilberto Martins Borges.

O SR. GILBERTO MARTINS BORGES – Formulo inicialmente os meus cumprimentos aos Srs. Vereadores, às senhoras e senhores presentes que estão dignamente participando desta reunião, saindo de seus empregos, de suas casas.

Gostaria de dizer que o Bairro da Luz teve origem no auge da produção cafeeira até 1930. A partir de 1940, entrou em decadência e virou nessa problemática toda que se vê, como prostituição, uso de entorpecentes e outras coisas que se pode encontrar nesse “barco”.

Recentemente, há um projeto de renovação chamado “vitrificação”, um termo do Urbanismo, que é dar uma nova roupagem ao bairro, que possa melhorar as condições. Tudo bem, é muito importante, mas não podemos esquecer daqueles que lá estão. Houve um momento em que aconteceu o projeto limpa, ceifando os drogados, que foram para locais próximos. Essas medidas não promovem a saúde pública.

Nós propomos, e não é uma mensagem de protesto, viemos porque estamos imbuídos do cristalino propósito de apresentar preliminarmente proposta que venha tornar concreta, que possa dar satisfação a ambas as partes.

Com esse fundamento, nossa exposição é seguinte: somos porta-vozes de milhões de pessoas que anseiam por tratamento, por uma abordagem social digna e uma reinserção dessa população que marca presença nos arredores do bairro Luz e de outros bairros de São

Paulo e do Brasil também. Não existe a nossa intenção de fazer do bairro Luz exclusivamente uma área hospitalar, mas sim um terreno desse local seria redimensionado e muito bem analisado porque além de ser bairro de características culturais, possa promover também ações terapêuticas. Nesse sentido, lancei a proposta de um centro terapêutico cultural. Inclusive, há o desenho arquitetônico feito pelo meu irmão, e é uma coisa de Primeiro Mundo. Vamos pegar o drogado que está lá, ele vai ser redimensionado, vai ganhar um fluxo e posteriormente será reinserido no local por processos terapêuticos, musicais, teatrais, etc. Esse procedimento será radicalmente oposto às operações limpa, será totalmente contrário. A nossa proposta tem início e fim. Portanto, além de receber os dependentes em hospital-dia, que dará um tratamento rápido, mas não vai ficar lá. Ao estarem nesse local realizarão atividades culturais em áreas próximas, com ex-dependentes em coral de ex-dependente; orquestra de ex-dependente, etc. Eis aí a importância social que defendemos.

Nós, os grupos nas ruas e outros aqui representados e citados, os dependentes químicos, a população civil em geral, todos agradecemos a oportunidade de expor nossas ideias e objetivos! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Como vocês perceberam, o Gilberto ultrapassou o tempo de três minutos. Gostaria muito que, por favor, ajudassem esta Presidência. (Pausa)

Tem a palavra o Vereador Floriano Pesaro.

O SR. FLORIANO PESARO – Sr Presidente, quero cumprimentar a todos que tiveram a oportunidade de estar aqui nesta manhã, todos que não estão aqui, mas nos acompanham pela internet.

Quero esclarecer a minha posição. Acho que não se trata de uma questão ideológica, como o PT quer fazer parecer.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Desculpe interromper. Me disseram que quando eu usava da palavra, estão me dizendo que houve uma ofensa. Gostaria de dizer...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor, não estou debatendo, só estou comunicando. Se eu ouvir, se eu perceber qualquer tipo de desrespeito com vocês ou com os Vereadores, eu vou suspender a audiência pública, de ofício. Por favor, vamos manter a ordem. E o desrespeito tem mão dupla. A democracia tem que ser preservada e o respeito é necessário nessa hora. Obrigado.

O tempo do Vereador Floriano está restabelecido.

O SR. FLORIANO PESARO – Muito obrigado. Volto a dizer que a questão não é ideológica. O PT quer impingir à sociedade que é uma questão ideológica, e não é. Trata-se de uma questão, de um lado, da ilegalidade da doação. De um lado há a questão legal. É ilegal a doação. E de outro lado, a questão é moral. Portanto, temos de sair da armadilha que se coloca em nossa frente quanto à questão ideológica. Não temos problema com essa questão, cada um avalia, age como lhe convém, como enxerga a gestão do Presidente Lula.

A questão da doação do terreno é que é ilegal. Trata-se, a partir da concessão urbanística da Nova Luz, de uma ilegalidade doar um terreno público para uma entidade privada. O Instituto Lula é privado, sem fins lucrativos, de direito privado, portanto, não cabe essa doação. Do ponto de vista da contrapartida oferecida no projeto de lei é totalmente incompatível com o que diz a lei da concessão urbanística. Portanto, a nosso ver, a doação é ilegal. Mas é imoral também e por quê? Porque não cabe a um instituto privado ligado a um partido político defender ou contar a história da democracia no Brasil. Se for feito terá de ser de forma equilibrada, de forma suprapartidária, que possa envolver historiadores, àqueles que podem contar a história do Brasil sem um viés político-partidário. Sabemos que o PT tem esse viés, sabemos como o PT se comportou ao longo da história. Mais recentemente ao tentar apagar o Governo Fernando Henrique, governo do seu antecessor, chamando-o de herança maldita. Mas no passado também, quando não assinou a Constituição do Brasil; quando votou contra o Plano Real, contra a Lei de Responsabilidade Fiscal. O PT sempre jogou contra a

democracia, sempre! (Palmas)

Nos momentos mais importantes do País, do Brasil, da redemocratização do Brasil – não é da ditadura militar, não se trata disso – trata-se da democracia insipiente que o Brasil vinha construindo, com o ex-Presidente Itamar Franco, quando a ex-Prefeita Luiza Erundina assumiu um Ministério, ela foi expulsa do Partido dos Trabalhadores. Quando tivemos deputados, parlamentares constituintes, como o Presidente Lula, que não quis votar a Constituição do Brasil. Aí se mostrou a tendência stalinista, essa é a tendência autoritária do Partido dos Trabalhadores e é isso que nos preocupa! (Palmas)

Poderiam ter mudado? Poderiam, mas não é o que parece quando vemos no dia de hoje, por exemplo, nos jornais a história do Celso Daniel voltando à cena, a votação do caso Celso Daniel. E o partido tentando apagar. O líder do Partido dos Trabalhadores no Congresso Nacional afrontando o Procurador Geral da República, o Gurgel, devido à votação do Mensalão.

Este é o partido e este é o instituto, ligado a este partido, que quer contar a história da democracia do Brasil, e é isso o que não podemos permitir do ponto de vista moral, além do ponto de vista da ilegalidade da doação a que se refere o projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

- Palmas e ovações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Obrigado, Vereador Floriano Pesaro. Inscritos, Vereadores Claudio Fonseca, Ítalo Cardoso, Aurélio Nomura e Alfredinho. Aproveito para anunciar a presença, que muito nos honra, do nobre Vereador Francisco Chagas.

Tem a palavra a Sra. Sônia Barboza, Coordenadora, na Câmara Municipal de São Paulo, do Movimento Voto Consciente.

A SRA. SÔNIA BARBOZA – Freqüento esta Casa há dez anos. Venho toda semana à Câmara Municipal. Já vi governos petistas, governos não petistas, governos peesedebistas etc; mas nunca me senti tão indignada como estou me sentindo este ano. Essa

indignação começou com o Itaquerão. Eles dizem que deixaram de receber um dinheiro, mas isso não é verdade. Porque, na hora de fazer o orçamento da Cidade – e isto foi explicação do Secretário de Finanças-, tem de ser tirado o mesmo dinheiro de algum outro lugar, porque, senão, o orçamento não fica equilibrado. Foi isso o que disse o Secretário. Então, o dinheiro do Itaquerão vai sair de algum lugar: da saúde, do transporte *etc.* A população não sabe disso, assim como não sabe também que estamos doando, e não concedendo. É concessão no papel, mas é doação, porque ninguém, em 99 anos, derrubará o belíssimo prédio que irão fazer. Então, é doação.

Outra coisa, Vereador José Américo. Quando o senhor falou das outras concessões, eu, inclusive, fui presidente de Distrito Bandeirante; sou bandeirante. Fui presidente de uma área muito valorizada do Distrito Bandeirante Alto de Pinheiros. Tínhamos 150 crianças, às quais ensinamos democracia, amizade, respeito e cidadania. Trata-se de terreno concedido pela Prefeitura. Agora, quanto a essas outras concessões - de escola de samba, de clubes -, está errado. Isso aconteceu porque tivemos um grupo de Vereadores que cedeu, porque tudo o que é dado pelo Prefeito passa por esta Casa. As pessoas não sabem o valor que esses homens têm, o poder que eles têm! (Palmas)

Tudo que nós sofremos, ou tudo aquilo em que somos beneficiados, passa pelas mãos deles. Os senhores têm um poder enorme nas mãos. Tanto isso é verdade que estão dando uma coisa que não é de vocês. Deus do céu! (Palmas)

Eles talvez pensem que não, mas o que o Movimento Voto Consciente quer é ter orgulho dos nossos políticos. Ontem mesmo o Presidente desta Casa me dizia isto: a população precisa ter orgulho dos Vereadores. Como podemos ter orgulho dos senhores, se os senhores estão doando uma coisa que é nossa? Está errado! Não é ético! Repensem!

Estamos em ano de eleição. Vou dizer uma palavra forte, mas que não se refere a dinheiro: os senhores foram comprados pelo Prefeito Kassab. Acabei de dizer que não me refiro a dinheiro, apesar de ser uma palavra forte. Comprados em ideias, como um filho compra

um pai.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor, Sra. Sônia, vamos nos ater à discussão da cessão do terreno.

A SRA. SÔNIA BARBOZA – Comprados nesse sentido. O Prefeito Kassab é um político extraordinário. Esse homem consegue convencer qualquer um do partido dele.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor, Sra. Sônia. Sinto-me atingido pela palavra que a senhora acabou de usar, “comprado”. Sou Vereador, como todos os outros aqui... Gostaria que a senhora retirasse esse termo da sua fala...

A SRA. SÔNIA BARBOZA – Retiro, mas expliquei antes que iria usar uma palavra forte, mas que não se referia a dinheiro. Então, me deem outra palavra que substitua essa...

- Manifestações no recinto.

A SRA. SÔNIA BARBOZA – Pronto: cooptados, não comprados. Eu não me referi a dinheiro. O pior disso tudo é que vocês são homens probos, bons Vereadores. Esta Casa tem ótimos Vereadores, e, mesmo assim, estão doando um terreno que não é deles, é nosso. Lastimo profundamente, Vereadores, porque quero muito que a população considere esta Casa como sendo uma Casa confiável, e não é, porque não é assim que a população a vê. Este é o terceiro ano consecutivo que esta Casa tem a avaliação de pior instituição do Governo em termos de confiança. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Obrigado, Sônia. Eu gostaria que mantivéssemos um alto nível de debate. Não quero ser autoritário. Vocês devem ter percebido que também a Sônia excedeu o tempo, falando pelo dobro do tempo. Penso que dá para levarmos o debate como fizemos no início, sem “aumentar a temperatura”.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Vamos nos ater à discussão da matéria. Tem a palavra o próximo orador, Vereador Claudio Fonseca. Depois a Sra. Marta Midori.

- Manifestações no recinto.

O SR. CLAUDIO FONSECA – A vocês, que estão pedindo respeito aos Vereadores, peço também respeito aos que vão se manifestar. A intolerância não é uma boa prática numa discussão que se pretende democrática. Se há uma audiência pública, é para o público ser ouvido; mas quem convocou esta audiência pública foi a Câmara Municipal de São Paulo para expressar exatamente a sua intenção de, antes de discutir um projeto, ouvir a população. Acredito que o convencimento decorrerá, inclusive, dos bons argumentos que forem apresentados, e não pela relação de ofensa. Os Srs. Vereadores não cometem nenhum crime em ser parlamentares; têm poderes constituídos e conferidos pelo voto popular. E se, dentre os 55 Srs. Vereadores, existir algum que não mereça o voto de vocês, teremos eleição futuramente e os senhores poderão representar aquilo que julgarem melhor para a sociedade. Não se furtem a representar, porque, no lugar da democracia, em substituição a ela só existe a ditadura, e a ditadura caracteriza-se pela ausência, inclusive, do Parlamento. Não podemos, na medida em que queremos legitimar nossos posicionamentos, negar nem a democracia nem o Parlamento. E há poderes constituídos piores do que o Parlamento, é bom que se reconheça.

Falo como o Vereador que, em primeira votação, votou contra o projeto. Votei contra, mas não me sinto representado por muitos dos que vieram aqui falar contra e, inclusive, atacar a democracia. Não acho que em 64 não foi constituído um regime de exceção. Ao contrário, foi um regime antidemocrático, que tirou mandato de vários parlamentares, que perseguiu, que matou, que instituiu uma ditadura feroz no País. Ou vocês desconhecem a história? Não podemos aceitar essa inversão. De vez em quando, passo pela Praça Armênia, onde há uma parte do território paulistano reservada a um memorial do povo armênio. Eu, como paulistano e brasileiro, orgulho-me de saber que o povo paulistano reservou um espaço à memória do povo armênio que foi massacrado. Isso é democracia! Podemos, sim, ter um museu destinado à democracia e poderíamos também ter um museu destinado àqueles que perseguiram, para cravar na nossa história que há homens e mulheres que foram vítimas daqueles que não conseguem conviver com a divergência de opinião.

Vivemos um período melhor, que foi constituído, que foi alcançado por homens e mulheres que lutaram para que houvesse democracia. Meu posicionamento contra a cessão de uma área pública não parte do desconhecimento de que este Legislativo já votou e aprovou concessão de várias áreas públicas até por razões menos nobres do que esta. Mas, tendo discutido o Projeto Nova Luz e sabendo dos posicionamentos que se deram nesta Casa – segundo os quais parte daquele espaço deveria ser destinada à habitação de interesse social, à habitação de mercado popular, à constituição de próprios públicos destinados à saúde, à educação *etc* -, votei contra. No entanto, não me somo àqueles que ideologicamente são contra a democracia. Não me somo àqueles que dizem que o PT não contribuiu – e não sou petista! – para a democracia no País. Contribuiu, sim! O Presidente Lula contribuiu para a democracia, a militância do PT contribuiu para a democracia; e não vou pegar um episódio isolado para negar a história. Os partidos constituídos - como o Partido Comunista do Brasil, o Partido Comunista Brasileiro, o PDT, o PTB, o PSDB -, contribuíram, sim, para que nós vivamos num período em que podemos dialogar aqui na Câmara Municipal de São Paulo; para que tivéssemos eleições de quatro em quatro anos para vereadores, deputados estaduais, deputados federais e senadores e para Presidente da República; e para que um de nós, inspirado naquilo que é oferecido das suas práticas como parlamentares, como militantes políticos, pudesse fazer sua opção!

Nada é eterno. Dessa forma, posicionei-me contra a cessão da área, mas já votamos concessão por 99 anos para outras instituições. E não me confundam: votei também contra a cessão para a área do Corinthians, sendo corintiano que sou, mas votei contra.

- Aplausos na plateia.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Agora, sinto-me muito constrangido de receber inclusive os aplausos de quem ataca a democracia.

Muito obrigado.

- Aplausos na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Vereador Claudio, muito obrigado pelas palavras. Conforme anunciado, passo a palavra à Sra. Marta Midori.

A SRA. MARTA MIDORI – Bom dia a todos. Sou mãe de autista; meu filho tem 24 anos. Sou militante há mais de 20 anos pelos direitos dos autistas. Sabemos que este ano teremos eleições e, quando chegam as eleições, vemos todos os candidatos prometendo escolas, hospitais. Vi aqui todo mundo falando disso. Na verdade, quando chegam as eleições, parece que essas instituições são uma abstração, porque todo mundo fala disso, todo mundo promete. Recentemente, o Conselho Estadual de Saúde, que é um órgão independente da Secretaria de Estado da Saúde, vetou um projeto que representa a construção de cinco centros de saúde para autistas. Não sei se vocês sabem, mas há uma estimativa de que na cidade de São Paulo existam 100 mil autistas. O autismo é uma das graves patologias da Psiquiatria. Se o autista for tratado na infância, tem muitas possibilidades de inserção social no futuro. Tanto que meu filho, que sempre teve possibilidade de ser atendido, hoje tem plena inserção na sociedade. Claro que com limitações, mas tem uma vida de plena adequação social, o que representa uma fatura muito menor para o Poder Público.

Em 2000, preparei uma ação civil coletiva contra a Secretaria de Saúde. Em 2006, essa ação transitou em julgado, e hoje a Secretaria vem cumprindo essa corretamente; parte dessa sentença representa esse projeto dos cinco centros de saúde que o Conselho Estadual de Saúde, recentemente, votou contra. Ficamos sabendo que uma parte dessa votação contra é de pessoas relacionadas ao Partido dos Trabalhadores. Fiquei estarecida ao saber disso e gostaria inclusive de confirmar essa informação, porque não é possível que, numa Cidade que tem 100 mil autistas, um projeto tão importante seja apresentado como uma questão ideológica. É muito grave ficar restrito só a essa questão.

O número de CAPS para atendimento de autistas é uma vergonha. Há CAPS onde psicólogos atendem os autistas dentro de um banheiro. Isso é uma vergonha. Então, não podemos considerar esse um equipamento ideal para atendimento do autista ou de qualquer

pessoa.

Antes de se falar em construir hospitais, escolas e creches, temos de nos atentar aos CAPS, que não está sendo um equipamento adequado em termos de atendimento à saúde na Cidade.

Gostaria, então, de pedir a atenção dos senhores para a questão da saúde caso vocês venham a se candidatar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Tem a palavra o Sr. Marcelo Reis.

O SR. MARCELO REIS – Minha fala é direcionada ao Vereador Agnaldo Timóteo. Estivemos aqui no dia 18 de maio para assistir à votação dos Srs. Vereadores sobre a concessão de terreno ao Instituto Lula. Podia ser Instituto Fernando Henrique, Instituto Kassab e até Instituto Police Neto. O negócio não é o Lula, o negócio é a ato criminoso que vocês estão cometendo, porque o terreno não é de vocês. Vocês não têm de dar concessão nem para o Corinthians. Sou corintiano, mas essa situação é um absurdo.

Os Vereadores José Américo e Claudio Fonseca falam de democracia, outro pede respeito. O Revoltados Online é um movimento suprapartidário. Não tenho partido, não sou filiado a partido porque acho que todos os partidos são sujos, compactuam com corruptos. Apontem um partido que não tenha um corrupto envolvido num processo ou defendendo ou usurpando...

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Sr. Marcelo, por favor.

O SR. MARCELO REIS – Só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – O Regimento desta Casa diz que temos de nos ater à discussão.

O SR. MARCELO REIS – Mas estou me atendo à discussão.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor!

O SR. MARCELO REIS – No dia 10, chegamos aqui, fomos hostilizados pelo Vereador Agnaldo Timóteo, que nos chamou de psdbistas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor, atenha-se à discussão e respeite as pessoas que estão aqui.

O SR. MARCELO REIS – E ele ainda citou quem aqui é a maioria. Deixem-me dar uns dados do TSE que os senhores não conhecem. O Presidente Lula foi reeleito em 2006 com apenas 45% dos votos válidos do eleitorado paulistano. Onde está a maioria, então? Será que fiquei burro e não sei mais fazer cálculo? Aqui não há maioria.

A questão não é o Instituto Lula. A questão é que queremos uma área para o povo, e o Instituto não é para o povo, é para o PT e para partidos. E eu não compactuo com partidos e sim com as leis.

Srs. Vereadores, prestem atenção. Parem com os compromissos de campanha de partidos e votem por nós, deem essa opção para o povo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Sr. Marcelo, defenda a sua opinião.

O SR. MARCELO REIS – Estou tentando, se o senhor deixar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Esta discussão que estamos promovendo é legal. O senhor pode ou não concordar, isso é a democracia. O senhor discorda, mas ninguém é dono da verdade.

O SR. MARCELO REIS – O ato de doar...

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Está no Regimento.

O SR. MARCELO REIS – O.k. O ato de concessão ou doação é ilegal.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Não, não é ilegal.

O SR. MARCELO REIS – É imoral e é criminoso também.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – É o que o senhor acha, mas é legal. Se a Câmara aprovar, vira lei. O senhor pode até discordar, mas é correto.

O SR. MARCELO REIS – O senhor vai me deixar concluir minha fala? O senhor vai ter de descontar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Não vou mais interferir. Desculpe, foi só para

esclarecer.

O SR. MARCELO REIS – Voltando a essa questão da concessão. Srs. Vereadores, prestem atenção. Por que não votar em favor do povo, para pelo menos termos algo decente, como um hospital ou um posto de saúde? Por que não melhorar, fazer um plano piloto em prol da melhora da saúde ou então uma escola técnica? O que impedem os senhores de fazer isso? Qual é o motivo? É o compromisso com o partido? Isso é um desonra para nós. Como foi dito, esta Casa tem de ser uma Casa de honra e os senhores têm de ser honrados. Ninguém aqui está querendo desonrar a instituição, mas também não podemos compactuar com alguns Vereadores que só pensam nos seus bolsos ou então nas suas ideias.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor! Sr. Marcelo, mais uma ofensa dessas e serei obrigado a encerrar a audiência pública.

O SR. MARCELO REIS – Que ofensa?

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – O senhor acabou de dizer.

O SR. MARCELO REIS – Eu não falei...

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor, atenha-se! Se senhor está querendo provocar, eu vou aceitar a provocação.

O SR. MARCELO REIS – Eu não estou provocando.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor! Se o senhor discorda, é simples, é só o senhor se candidatar, ter votos e vir aqui votar contra.

O SR. MARCELO REIS – O senhor me deixa falar?

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Se é contrária a sua posição... Não somos desonrados, não. Sou honrado.

O SR. MARCELO REIS – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – E várias pessoas aqui são honradas.

O SR. MARCELO REIS – Ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Qual é o problema? O senhor não é melhor

do que eu.

O SR. MARCELO REIS – Ótimo. É disso que eu estou falando.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor! Não estou achando que o senhor é vagabundo, não estou falando nada disso.

O SR. MARCELO REIS – Mas fui chamado disso por um colega de vocês.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Mas fui chamado aqui por um colega de vocês.

- Manifestações simultâneas.

O SR. MARCELO REIS – Mas fui chamado aqui por um colega de vocês.

- Manifestações simultâneas.

O SR. MARCELO REIS – A minha esposa foi chamada de vagabunda por um colega de vocês.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Cobre de quem chamou.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Cobre de quem chamou.

O SR. MARCELO REIS – Foi um Vereador. Cadê o respeito com o povo? Que eu saiba, somos nós que pagamos os salários de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor, atenha-se à discussão.

O SR. MARCELO REIS – Somos nós que pagamos os salários de vocês.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – É lógico que são.

O SR. MARCELO REIS – Então.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por isso estamos aqui numa audiência pública. Ninguém está negando isso.

O SR. MARCELO REIS – O.k. Deixe-me terminar?

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor.

O SR. MARCELO REIS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – O senhor tem um minuto.

O SR. MARCELO REIS – Preciso retomar o fôlego. Aqui na Casa do povo tem água também?

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Tem. Deem um pouco de água a ele.

O SR. MARCELO REIS – A impunidade e a cumplicidade com o erro no nosso país nos envergonham profundamente. Quando as autoridades máximas do País desdenham das leis, desrespeitando-as, afrontando-as na maior cara de pau, é inevitável que pessoas honradas, nós, percamos completamente o respeito por essas autoridades. A degradação moral neste país está tamanha que mais de 80% aprovam e aplaudem o desrespeito à lei e tornam essa execrável atitude criminosa um exemplo a ser seguido, adotando-a em seu cotidiano como sinal de esperteza. Essas autoridades são responsáveis pela derrocada inevitável da nação que, a passos largos, inexoravelmente caminha para a falência dos valores que, antes me foram ensinados por meu pai, eram sustentados. Mas enquanto houver meia dúzia de cidadãos de bem, politizados - politizados, não vagabundos - e que lutam, temos esperança de salvar o nosso Brasil.

Nós somos em prol de um Brasil melhor. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Muito obrigado. Somos todos.

Tem a palavra o Sr. Hemerton Costa.

O SR. HEMERTON COSTA – Bom dia a todos. O Movimento Apartidário está relacionado a todos os outros movimentos nas redes sociais e nas ruas.

Eu queria fazer uma pergunta para a parte que defende o Instituto Lula ou esse suposto museu da democracia. Eu queria perguntar para a parte que apoia esse museu da democracia se nesse museu vai aparecer os vídeos das campanhas do Presidente falando do Fome Zero, que a fome no Brasil ia acabar.

Eu queria pergunta para ele também sobre a questão de ele ter deportado ilegalmente um atleta cubano que veio pedir asilo político no Brasil. Esses vídeos e essa documentação serão mostrados, já que é o museu da democracia, entre aspas?

Ainda sobre a questão do Fome Zero, pergunto ainda para a parte que apoia esse museu se vão ficar expostas essas informações ou só o que a mídia mostrou no Governo Federal.

Como foi falado, nós não concordamos com essa concessão ou doação desse terreno. Na coleta de assinatura que fizemos na Virada Cultural ficou evidente que a maioria das pessoas não estava sabendo, mas assim que ficaram sabendo, assinavam o abaixo-assinado. Por que isso não fica público para que as pessoas de fato decidam sobre a questão?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) - Obrigado, senhor. O próximo orador é o Vereador Ítalo Cardoso. Em seguida, o Sr. Luiz Andreoli.

O SR. ÍTALO CARDOSO – Sr. Presidente, senhoras e senhores presentes acho que perdemos uma grande oportunidade de fazer um debate técnico sobre o projeto. A comissão quando chama uma audiência pública é para isso. Inclusive, o Vereador Floriano Pesaro não foi eleito para fazer voto moral. Voto moral se faz em casa, na igreja e na sua consciência.

- Manifestação na plateia. (Vaias)

O SR. ÍTALO CARDOSO – Obrigado, muito obrigado. Sinto-me aplaudido. Voto de Vereador tem de ser embasado em pareceres técnicos e mesmo quando há divergência, existe a Justiça. Saúdo o cidadão que falou sobre esse novo partido que está surgindo, o Partido Pró-Revoltados on-line. Talvez, ele consiga dar conta dessas inquietações que os trazem a esta reunião. Esta Casa, inclusive, estará aberta para o lançamento do partido.

Esta Casa acolhe paulistas, cariocas, curitibanos, enfim, o Brasil inteiro. Esta Casa é reflexo disso. Assim como os senhores vieram repudiar... Olha que não vi nenhum desses

movimentos que falaram tanto; com todo respeito à Sra. Midori, - não se trata disso -, sua preocupação é muito séria, infelizmente ela não acaba tendo espaço num debate como esse. Com certeza, a senhora sensibilizou Vereadores que irão lhe procurar. Mas não vi nenhum dos senhores quando os que estavam na Luz foram agredidos – como os senhores dizem - com truculência pela Polícia Militar. Não vi nenhum movimento desses lá. Nenhum! Até porque, talvez, estivessem do outro lado aplaudindo.

Informo que vamos iniciar uma comissão de apuração, a Comissão da Verdade Municipal. Por que disso? Porque, um dia, um movimento que se dizia detentor único da democracia foi marchar com Deus pela liberdade no meio da rua, deu no que deu e não queremos isso de volta. A esquerda é mais democrática, é mais transparente, não se esconde atrás de institutos, de falsos discursos para colocar suas garras para fora. Já que querem ideologizar, vamos ideologizar. Não temos problema nenhum com isso. Achamos que isso é importante para a democracia, agora, de forma transparente. Não sejam covardes. Não sejam covardes!

- Manifestação na plateia.

O SR. ÍTALO CARDOSO – Não estou faltando com o respeito. Estou exercendo meu direito de falar. Fui eleito para isso e mesmo que não fosse. A senhora que trabalhou durante 40 anos está certa, tem de estar aposentada mesmo. Todos que trabalham 40 anos ou mais, têm de se aposentar.

Muito bem. Muito obrigado.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor, com a palavra o Sr. Luiz Andreoli. Em seguida, terá a palavra a Sra. Maria Claudia Oliveira de Paiva.

O SR. LUIZ ANDREOLI – Bom dia a todos. Nunca falei em público e depois de ouvir todo esse pessoal falando o que falou, com propriedade e dando explicações sobre todas as coisas, simplesmente, pensei em fazer apenas uma analogia entre trabalho e discurso.

Trabalhei mais de 50 anos, dos quais 36 num escritório de contabilidade e sofri a burocracia e todos os efeitos da carga tributária brasileira. Os brasileiros deveriam lutar contra isso, porém nada acontece.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Gostaria que o senhor continuasse com sua fala.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) - Numa audiência pública não é obrigatória a presença dos 55 Vereadores, ela é realizada para ouvir o cidadão desta Cidade.

Vamos continuar, Sr. Luiz. Por favor.

O SR. LUIZ ANDREOLI – Estou fazendo uma analogia entre o trabalho e o discurso. Trabalhei mais de 50 anos, dos quais 36 em contabilidade e quem conhece contabilidade sabe como é a burocracia brasileira e os impostos que pagamos. Faço essa analogia e, depois de mais de 50 anos de trabalho, penso no exemplo que infelizmente posso deixar para esse pessoal que quer trabalhar. Exemplo do quê? De desonestidade, de pilantragem, que é o que prevalece neste País?

É isso que queria falar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Obrigado, Sr. Luiz. Com a palavra a Sra. Maria Claudia. Em seguida, o Sr. Joel Formiga.

A SRA. MARIA CLAUDIA OLIVEIRA DE PAIVA – Algumas pessoas confundiram museu com memorial. Na verdade, há essa confusão porque ao mesmo em que se está propondo construir o Memorial da Democracia para o Lula, tem também o Museu do Lula sendo construído em São Bernardo. São duas instituições super-homenageando uma pessoa viva e isso já foi mencionado – muito bem falado pelos colegas e até pelo Vereador Floriano. Sabemos respeitar quando o Vereador é sério. Aplaudimos e soubemos escutar.

Peço desculpas, porque até eu me excedi algumas vezes, mas isso acontece

porque estamos revoltados e não aguentamos mais. Estamos num estado de indignação tal – como essa senhora -, que nos sentimos escrachados mesmo. Nesses momentos, surge uma revolta e não conseguimos sentar e ficar quietos escutando, porque, às vezes, ouvimos uma palhaçada tão grande que não consigo ficar quieta.

A senhora, que é mãe do autista, foi convidada por um dos nossos movimentos e, inclusive, foi dito que nunca nos viu, nos ouviu falando. A nossa proposta, do Movimento nas Ruas com 70.423 pessoas – agora, já deve ter um pouco mais -, porque esse tipo de coisa dá ibope. O brasileiro vê um negócio desses e fica indignado. A nossa proposta é para que se construa um posto de saúde para atender pessoas especiais, com necessidades especiais. Isso está na petição on-line. Que seja construído um posto de saúde para atender dependentes químicos e pessoas especiais, pensando na senhora inclusive.

Essa é a nossa proposta e se é para se fazer algum instituto, além do museu de São Bernardo, que seja feito o Instituto Arquivamos. Muda o nome, não será mais Instituto Lula. Que seja Instituto Arquivamos o Mensalão. (Risos) É uma proposta. Já que é para se fazer, então façamos o Instituto e Arquivamos. Porque um erro não justifica o outro, como disse nosso amigo Clóvis Lemes, que não pode falar – estou falando por ele. Um erro não justifica o outro. Se meu vizinho rouba, eu não tenho de roubar também. Se um terreno vai para uma escola de samba, está errado. Temos de lutar para que isso não aconteça. Se um terreno vai para o Corinthians, está errado. Um erro não justifica o outro. O povo não quer escola de samba não, o povo quer escola de educação. O povo quer saúde. (Palmas) O Governo quer dar escola de samba para que o brasileiro continue vivendo de pão e circo e não esteja nesta Casa exercendo sua cidadania. (Palmas)

Vou fechar minha fala com uma frase que o Bruno Toscano me pediu para falar: “Quem desconhece a história é apenas um ignorante, mas aquele que conhece e diz que é mentira, esse é um criminoso.” (Palmas) Foi Bertold Brecht quem disse essa frase e tive o cuidado, ao falar em nome de mais de 70 mil pessoas, de não ser ideológica só.

Estamos sendo legalistas, trouxemos um parecer do Dr. Ives Gandra Martins que tem mais de 300 livros publicados e é o jurista mais respeitado deste País. Legalmente, isso está errado.

É só isso que tenho a dizer. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Tem a palavra o Sr. Joel Formiga.

O SR. JOEL FORMIGA – Obrigado pelo espaço que a Câmara abriu. Isso é importante e todos estão felizes, defendendo o lado que for.

Meu nome é Joel Formiga, sou cientista político e, como tal, quero questionar a legitimidade dessa ação da cessão do terreno para o Instituto Lula. Legitimidade vem dos resultados que uma ação traz para o benefício da população. É legítima a cessão de terrenos, de prédios para serviços públicos como terminais rodoviários, estradas, hospitais, colégios, escolas? Agora, são concessões extremamente controladas, regulamentadas por contratos e fiscalizadas ao longo do período e, jamais, por 99 anos. São de 15, 20 ou talvez 30 anos.

Já estamos falando aqui que não há uma contrapartida clara. Não há uma regulamentação detalhada de qual é o retorno que a população terá com a cessão desse bem público.

Eu ouvi aqui, hoje, falar na preservação da memória do ex-Presidente Lula ou da sua presidência. Válido. Importante. Mas não é atribuição da Prefeitura de São Paulo preservar a memória de um presidente. Por que nós, paulistanos, vamos pagar por isso? Isso, em minha opinião, não faz nenhum sentido e afeta a legitimidade dessa ação.

Legitimidade também depende do respeito às prioridades da população. Até poucos meses, esta administração estava tentando leiloar um terreno verde na Faria Lima onde funcionam serviços públicos modelos ou experimentais para poder viabilizar a construção de creches, que era uma promessa de campanha não cumprida. Até certo ponto foi bom que tenha desistido daquilo, mas como agora sobra terreno da Prefeitura para doar ou ceder sem uma contrapartida equivalente? Por que então não doar esse terreno para viabilizar as

creches? Seria bem menos polêmico, daria muito mais retorno e seria muito mais legítimo.
(Palmas)

Por fim, humildemente, dentro dos meus conhecimentos de política e eleições, passar uma sugestão aos Srs. Vereadores que consultem as suas bases, revejam as suas pesquisas porque é claro que o Lula goza de enorme popularidade, justificada inclusive, mas será que essa medida é tão popular assim? Uma coisa está clara: Essa lei não vai passar silenciosamente e as eleições estão aí.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Muito obrigado, Sr. Joel.

Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Presidente, Sras. e Srs., quero deixar claro que não sou contra a criação do Instituto Lula, mas sim contra a privatização dessa área de mais de 4 mil metros. Acredito que essa concessão poderia ser dada para outros investimentos públicos de extrema importância no local.

Ouvimos diversos oradores que mostraram, com clareza, que teríamos outra destinação muito mais importante para a região.

Não bastasse isso, ao analisar o projeto que chegou a esta Casa, verificamos que não existe uma justificativa do interesse público, conforme determina nossa Lei Orgânica, para dispensa de licitação.

Vimos no parecer da Secretaria da Cultura que o projeto é insuficiente e que depende de avaliação futura. Não é conclusivo. Na manifestação da Procuradoria Geral do Município, também nesse mesmo sentido, não conclusivo.

Verificamos que a assessoria técnica do Planejamento Urbano e a Secretaria da Educação têm a mesma posição de dúvida, de que dependem de maiores esclarecimentos. A Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano, responsável pela operação da Nova Luz, da mesma forma deixa um vácuo para que seja complementado o projeto.

Portanto, senhoras e senhores, vemos que ainda não há possibilidade de o projeto prosperar e ser avaliado por esta Câmara, porque ali tem um vício que está ligado exatamente à falta de justificativa com relação ao interesse público.

Até nesse sentido, eu estava vendo meu líder, o Vereador Floriano Pesaro, e uma senhora que falou também, a respeito do novo museu que está em construção em São Bernardo.

Se verificarmos, a nota está na *Folha de S.Paulo*, concluiremos que para a construção a avaliação preliminar consumirá o equivalente a 18 milhões. É importante frisarmos que essa verba será liberada por meio do Ministério da Cultura e da Prefeitura de São Bernardo do Campo.

Olhando um pouco mais adentro, verificamos também que o dado inicial, segundo o representante do Instituto Lula, o Sr. Paulo Okamoto, a estimativa da conclusão final da construção desse museu deverá chegar à ordem entre 40 a 60 milhões, sem contar com o que está custando o valor do terreno.

Creio que a finalidade já está sendo construída. Para que construir outro museu, na cidade de São Paulo, já que São Bernardo, ao lado, está construindo com o mesmo objetivo?
(Palmas)

Não queremos que essa franquia que está se configurando como uma nova franquia do PT se utilize de dinheiro público.

Para finalizar, gostaria de colocar em dúvida uma questão importante. Principalmente neste final de semana, como estamos falando em democracia, mas o presidente do PT, o Deputado Rui Falcão, quer implantar a todo custo no nosso país o controle social da mídia, criar um marco regulatório para açodiar o nosso país. (Palmas)

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Obrigado, Vereador Aurélio Nomura.

A próxima oradora é a Sra. Ivani Bento Rodrigues.

A SRA. IVANI BENTO RODRIGUES – Boa tarde a todos, serei breve, estamos sentindo certa displicência por parte dos Srs. Vereadores. Por isso, quero alertar sobre o poder das redes sociais.

Somos formadores de opinião e o público dessas redes é instruído, os paulistas principalmente, dessa forma dificilmente serão manipulados.

As eleições estão aí, são 70 mil pessoas. Os senhores podem ter certeza, temos muita força. Não nos subestimem. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Obrigado, Sra. Ivani.

O próximo orador é o Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Em primeiro lugar, debate respeitoso é muito bom, por isso a democracia também é boa. Nós ouvimos, inclusive as pessoas que discordam.

Vereador Nomura, nós como Parlamentares não temos o direito de tentar manipular informação. Não misture o museu de São Bernardo com o daqui.

- Manifestação na plateia.

O SR. ALFREDINHO – São Bernardo vai contar a história do movimento sindical, operário.

Posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor. O tempo nosso já esgotou, se não mantivermos tranquilidade, vou ter de encerrar.

Tem a palavra o Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Esse é o valor a democracia, temos de aprender a falar e a escutar. É um valor imprescindível.

- Manifestação na plateia.

O SR. ALFREDINHO – Escutei todos, inclusive a senhora.

- Presidente faz soar a campainha.

O SR. ALFREDINHO – Tenho o direito de falar e vocês de me escutar.

Lá é um museu que vai contar a história do movimento operário do ABC. A história das greves dos metalúrgicos. Se o Lula liderou as greves, que culpa ele tem? Liderou as greves, vai aparecer.

- Manifestação na plateia.

O SR. ALFREDINHO – Minha senhora, por favor, me respeite.

Então, aprenda a escutar, se a senhora não sabe conviver com democracia não deveria nem vir aqui.

Vim aqui dizer que é legal, ninguém mostrou uma lei que conste a ilegalidade.

- Manifestação na plateia.

O SR. ALFREDINHO – V.Exa. enrolou e não explicou, Vereador Floriano, o seu debate foi mais ideológico.

É um museu que vai enriquecer as novas gerações. País que não tem história não tem vida. Não vamos fazer demagogia, porque se não fizermos o museu, o terreno resolverá todos os problemas de creches e de hospitais, na região.

- Manifestação na plateia.

O SR. ALFREDINHO – Isso é demagogia. Hospitais e creches, se o Governo quiser há áreas. Áreas públicas ou para desapropriar.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor. Se houve alguém que ficou quieto ouvindo a todos foi o Vereador Alfredinho. Vamos retribuir com a mesma atenção que ele deu. Discordando ou concordando, por favor, mantenham o respeito.

O SR. ALFREDINHO – Eu, graças a Deus, tenho uma história de luta e luta por democracia e posso comprovar. Não posso falar o mesmo de alguns que estão aqui porque não os conheço. Mas eu posso comprovar minha história.

Então, gente, a audiência pública foi feita para fazer um debate técnico do que era o museu. Não aconteceu isso. Às vezes, por conta de quem veio para o plenário, algumas pessoas devo reconhecer, colocaram isso, foi essa a preocupação; outras vieram para o

debate ideológico.

Inclusive o meu amigo, o nobre Vereador Floriano Pesaro, que creio que V.Exa. está no partido errado. Porque a grande parte das pessoas que conheço no PSDB é democrática. V.Exa. teve uma atitude de extrema direita impressionante.

Por isso, não tenho problema em votar o projeto, não. Se eu fizer uma pesquisa na minha base eleitoral, que é popular, pela história e relação que tem com o Lula, passa e não terei nenhum problema.

Por isso, não tenho preocupação, votei em primeira, vou votar em segunda, porque sei que o museu é importante para as futuras gerações. É importante conhecer o que foi um governo popular, o Governo do Lula, de oito anos de mandato.

Obrigado, Sr. Vereador.

- Manifestação da plateia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Antes do próximo orador,– não tenho nenhuma procuração para defender o Vereador Floriano Pesaro –, mas creio que ele foi citado injustamente.

A história do Vereador, como de muitos aqui, foi sempre em defesa da democracia e ele é um dos parlamentares que honra o PSDB, honra a sua história.

Gostaria apenas que isso fosse anotado. É opinião que respeitamos, mas é bom que se diga sobre a sua história.

A próxima oradora é a Sra. Lígia Fernandes.

A SRA. LÍGIA FERNANDES – Boa tarde a todos, meu nome é Lígia Fernandes, sou do Movimento Pátria Minha.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor, por favor.

- Tumulto na plateia.

A SRA. LÍGIA FERNANDES – Quero falar que é uma tremenda falta de respeito

desses Vereadores conosco. Eles não têm um pingão de respeito com a população. Nós viemos aqui para lutar pelos nossos direitos, para atender ao interesse público e não privado.

Somos contra, desvio de finalidade, ato imoral, a população precisando de postos de saúde, de creches e eles vêm falar em museu para Presidente Lula?

Independentemente disso não tem conotação ideológica, estamos aqui pelos nossos direitos. Estou vendo falta de vontade política desses Vereadores: um tirando cacaca do nariz, outros dizendo que isso era para ser debate técnico.

Então, para que audiência pública se não for para o povo? (Palmas) Somos contra, isso vai ser impugnado se for levado adiante. Terreno público para o interesse público, são os interesses do povo que devem prevalecer.

Nós temos força. Podem ter certeza que na *internet*, ou seja do jeito que for, nós vamos atrás, vamos colocar a população contra quem está contra o interesse público. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Com a palavra o Vereador Adilson Amadeu.

O SR. ADILSON AMADEU – Bom dia a todos, Sr. Presidente, cheguei atrasado, estava em outro compromisso, mas desde o primeiro momento fui contra a liberação dessa área para o museu Memorial Lula.

Não consegui ainda, estou tentando, ele não me respondeu. Vou pedir aos Colegas do PT para me ajudarem. Queria encontrar o Presidente Lula, por um ou dois minutos, quero perguntar para ele sobre o seu interesse sobre essa área e esse Memorial.

Porque na hora em que foi oferecida a área, era o momento que o Prefeito que aí está... Já vai completar quatro anos que nesta Tribuna falo que ele é um dos maiores mentirosos que temos no País. (Palmas)

Ele promete e não cumpre, exagerou na dose em tirar o oxigênio de todos nós, na nossa cidade, quando iniciou o trabalho do partido que hoje ele tem nas mãos.

Que partido é esse? Partido que ele fez no Brasil todo. Ele larga São Paulo praticamente todos os dias, pega o seu jatinho – não sei quem está oferecendo – e vai a vários

Estados. Vai para lá, vai para cá, menos São Paulo. Ele é o pior prefeito que tivemos na cidade de São Paulo.

Não sei quem está citando esse senhor de listrado que está sorrindo, prestei atenção em todos que falaram, desde a hora que cheguei. Ele está na segunda fileira, citou o meu nome, não escutei a sequência do que o senhor falou, mas tenho muito respeito porque falou meu nome.

Não venho aqui com demagogia ou brincadeira, trabalho todos os dias com muita boa vontade nesta Casa, vendo o melhor e a verdade. Quando falo que o Prefeito é mentiroso, falo aqui na Tribuna e em todos os lugares a respeito desse senhor que realmente vai sair como o pior prefeito da cidade de São Paulo.

Com referência ao terreno, logicamente poderia sim sair pelo menos um hospital para dependentes químicos. Porque hoje há algumas igrejas evangélicas na região que estão cuidando desses seres humanos que ali ficam jogados e não tem quem os acuda. Isso seria muito importante.

Deveria sim todo dinheiro que o Prefeito gastou em projetos, 653 milhões só em desenhos de projetos, poderia sim sanar todas as faltas de vagas que há nas creches. Isso ele não fez.

Com referência às redes sociais que falaram que vão passar - não estou aqui falando isso por demagogia nem por causa da campanha política que teremos na frente, porque tenho o meu trabalho e sem dúvida vou atrás dele -, quando voto eu o faço pensando na população, porque tenho – sem dúvida alguma e completo em outubro, graças a Deus, 52 anos trabalhando muito. Vim do nada, trabalho muito com uma empresa que tenho há 40 anos.

Quando vejo esse cidadão, Sr. Prefeito Gilberto Kassab, fazer o que ele está fazendo e tem a maioria nesta Casa, que passa como um trator em cima de todos os projetos, fico muito triste e jamais vou parar de falar que ele foi o pior prefeito da cidade de São Paulo e o maior mentiroso da fase. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Obrigado, Vereador Adilson Amadeu.

A próxima oradora é a Sra. Normaci Souza Sampaio.

A SRA. NORMACI SOUZA SAMPAIO – Bom dia a todos, estou extremamente resfriada, não gostaria de estar falando, mas fui chamada. Sou mãe de uma criança autista, de 29 anos, gostaria de saber quando esta cidade mais rica do País vai tratar o deficiente e o idoso com dignidade.

Não é possível que ninguém nos ouça. Estou com meu filho há 11 anos numa clínica em Atibaia, sinto-me torturada pelo Governo, pelo Estado, seja ele de qualquer esfera, estadual ou federal.

Estamos gritando no deserto e ninguém nos ouve. Por que tanta covardia com as pessoas mais necessitadas?

Eu, como negra, os meus antepassados já deram uma contribuição muito grande a este País. Não me sinto devedora. Não é possível! Como tem dinheiro para sediar Copa do Mundo, Instituto, e não tem para a saúde desse país? Como não tem?

- Manifestações na galeria.

A SRA. NORMACY SOUZA SAMPAIO - Há 29 anos venho lutando, dando murro em ponta de faca. Meu filho foi a primeira criança neste País a processar o Governo do Estado. Tenho orgulho, pois meu filho tem o melhor médico deste País, o Dr. Raymond Rosemberg, que atende meu filho gratuitamente há 18 anos e somos tratados como pacientes particulares. Se eu demoro a procurá-lo, ele me liga para saber, e ainda me diz que o estou ofendendo. Ele não é político. Tenho à minha disposição os serviços do escritório do Dr. José Yunes por 26 anos, gratuitamente, com a maior dignidade. Dou mais trabalho do que quem paga honorário. Então, porque esses Srs. Vereadores não aprovam lei para os mais carentes, mais necessitados? Por que tanta covardia, se o nosso País é tão rico e somente ½ dúzia de pessoas têm de tudo, mas o resto não tem nada? E fazemos vista grossa! Fazemos de conta que não estamos vendo, que não estamos ouvindo. Isso vai permanecer assim até

resolvermos agir, como age o índio. Pegue um facão e não espere a justiça!

Quando os senhores nos ouvirão? Que tipo de homens temos no nosso País? Tem de começar a arrumar as coisas debaixo para cima, e não de cima para baixo. Até quando?

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Agradeço o desabafo da Sra. Normacy(?) Souza Sampaio.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor, vamos manter a ordem.

Permaneçam sentados, para não criar um tumulto maior. Por favor.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Já estamos encerrando esta audiência pública, a discussão estava indo muito bem. Só faltam dois oradores.

Tem a palavra o Sr. Danilo, por favor.

O SR. DANILO – Esta é a segunda vez que falo nesta sala e da primeira disse que, como o Vereador Adilson Amadeu, estava falando à toa porque o Itaquerão seria aprovado. Hoje, novamente, vou seguir as palavras do Vereador Adilson Amadeu e dizer que estou falando à toa porque esse projeto será aprovado. O Prefeito detém uma maioria inabalável.

Então, a audiência pública é uma maneira de externarmos nossa opinião, mas, na realidade, esse projeto já passou e falta apenas a sanção do Prefeito. Em todo caso, vamos discutir tecnicamente – como foi pedido.

Poderia falar sobre a destinação do terreno, mas isso é tão óbvio, porque naquele local poderia ser construído algo melhor do que um museu de democracia, porém não entrarei nesse mérito. Falarei apenas sobre o museu como tal. Tenho em mãos um artigo intitulado “Um novo museu para São Paulo” defendendo sua instalação e escrito pelos Srs. José Police Neto, Chico Macena e Eliseu Gabriel.

Lerei uma parte dele. Diz: “... a enorme relevância para a sociedade brasileira de

um Memorial da Democracia”. Ninguém discute isso. O que se discute é se esse memorial deveria ser privado num terreno público ou não. Achamos que não deveria ser.

Diz: “A tradição norte-americana das bibliotecas presidenciais demonstra a relevância desses memoriais...” É verdade e gostaríamos muito de ver um memorial do ex-Presidente Lula, mas não num terreno público e às expensas do contribuinte paulistano.

Diga-se de passagem, o representante da Prefeitura citou os institutos dos ex-Presidentes Juscelino Kubitschek e Fernando Henrique, ambos erigidos com dinheiro privado. Essas bibliotecas presidenciais citadas no artigo – todas, sem exceção -, foram executadas por seus patrocinadores que foram a campo e levantaram o dinheiro para fazê-las. Inclusive, lembro-me de que nesta Casa foi citado o Memorial Thomas Jefferson. Esse memorial, curiosamente, sofreu três tentativas para ser construído, porque das duas primeiras, o Governo não participou e a comissão que queria sua execução não conseguiu o dinheiro necessário. Finalmente, ele foi construído, tal como as bibliotecas citadas, com dinheiro privado.

Esse artigo diz também: “Há, portanto, um claro interesse público em receber o acervo do presidente Lula em um espaço público.” Não concordo que haja um claro interesse público em receber nesse espaço. Acho que há um claro interesse sim, mas não em terreno público e se o ex-Presidente Lula acha que isso é necessário, que ele o faça como os ex-Presidentes Kubitschek e Fernando Henrique.

Por último, há um trecho que diz: “...é necessário ressaltar a relevância da existência do memorial como elemento de valorização de uma área degradada...” Isso é absolutamente correto, mas não essa fundação de direito privado num terreno público. Há a desculpa de que foram feitas outras concessões anteriores que estão, igualmente, erradas; não serve para desculpar essa. Ou seja, como dito aqui, um erro não justifica o outro.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Muito obrigado, Sr. Danilo. Informo que há dois oradores inscritos: o Vereador Francisco Chagas e o Sr. Marcelo Brunella.

Tem a palavra o Vereador Francisco Chagas.

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Boa tarde a todas e a todos. Quero entrar nessa discussão, primeiro, cumprimentando o orador que me antecedeu, o Sr. Danilo, porque das intervenções que observei do público presente, foi aquela que se ateve a uma opinião não só do ponto de vista técnico, mas emitiu de maneira clara e transparente uma opinião política sobre o assunto. Respeito sua posição e acho que temos de nos comportar assim.

Em primeiro, precisamos saber se nisso há alguma ilegalidade. Não há. Assim sendo, logo isso não é crime, como dito por várias pessoas. Não existe crime nisso. Em segundo, do ponto de vista jurídico e técnico, não há nenhuma ilegalidade, aliás, contrariamente ao que falou um Vereador, obteve parecer favorável de todas as Secretarias consultadas no Município. Está aqui.

Peço ao Vereador que já falou por diversas vezes e provocou o ódio coletivo para se manter calado. Segundo, não havendo problema técnico, do ponto de vista jurídico, há que se discutir se é ou não pertinente, do ponto de vista político, oferecer-se um espaço público para valorizar uma instituição da república, porque assim como em qualquer lugar do mundo - como o Sr. Danilo disse -, os Presidentes da democracia mais duradoura do mundo, os Estados Unidos da América, são considerados uma instituição e assim respeitados como instituição pública.

Cabe então, saber se deveríamos ou não valorizar essa instituição pública com recursos públicos ou privados. Essa é uma decisão política.

E política, por definição, é a legitimidade do uso da força. Qual força? Força política constituída. Em última análise, quando a falta de razão se sobrepõe ao reconhecimento da legitimidade das instituições, pessoas de farda asseguraram isso. E foi isto que observamos aqui: quando há ausência de razão, quando as motivações pessoais, políticas, morais ou ideológicas se sobrepõem à razão, pela definição política, como política sendo o monopólio do uso da força física legítima, há a ação das pessoas de farda e sem farda. Foi o que aconteceu

aqui.

Do ponto de vista idológico, as pessoas que aqui se manifestaram, na minha humilde opinião, se manifestaram singularmente do ponto de vista ideológico. Quero inclusive parabenizar as pessoas que assim se manifestaram, porque, para a democracia, a pior coisa que existe é a omissão de valores e de pensamentos, mesmo que seja considerado horrível o que as outras pessoas pensam.

- Aplausos no recinto.

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Falando como Vereador não nascido na cidade de São Paulo, apenas crescido e educado aqui, lembro-me das últimas eleições para Presidente, quando todos os valores civilizatórios foram motivados por ódios coletivos e rancores ancestrais contra a mulher e contra os nordestinos. Esses preconceitos mais profundos pediram que os nordestinos, que são mais de quatro milhões nesta cidade, fossem cremados em fornos públicos, como fizeram os nazistas. Lembro-me bem disso. Pessoalmente, encontrei na rede, na internet, 68 pessoas que assim se manifestaram e hoje estão sendo investigadas em segredo de Justiça.

Não acho ruim que as pessoas manifestem o que pensam. Acho ótimo, porque não se constrói democracia com a omissão...

- Manifestações no recinto.

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Estou falando do terreno como vocês falaram.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor, Vereador Francisco Chagas, continue.

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Ouvi e respeito todas as pessoas que vieram se manifestar. Discordo de suas opiniões, mas respeito. Inclusive alguém falou do absurdo dos partidos políticos, mas gostaria de vê-los organizados em um partido político, porque não conheço democracia no mundo sem organização político-partidária.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – (Fazendo soar a campainha). Vereador Francisco Chagas, como seu tempo já está esgotado, gostaria que V.Exa. encerrasse sua fala, por gentileza. Reconheço que foram feitas intervenções, mas gostaria que o senhor encerrasse sua fala.

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Fui interrompido diversas vezes e gostaria de concluir o raciocínio, porque, assim como aprendi muito com as manifestações, de alguma maneira, também gostaria de fazer valer minhas opiniões, porque é no contraditório que se constitui uma síntese melhor.

Efetivamente, estamos discutindo o projeto e por isso expus três aspectos da minha opinião. Disse que, tecnicamente e juridicamente, não há crime; politicamente, é uma decisão que cabe ao povo, que nos colocou aqui para tomar essa decisão. Se o povo achar que a decisão está incorreta, que discorde, que se manifeste.

—
- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Vereador, por favor, dá para ser mais sucinto, por gentileza?

- Manifestações no recinto.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. FRANCISCO CHAGAS – E o que a senhora está fazendo aqui? É política, minha senhora.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – (Fazendo soar a campainha) – Vereador Francisco Chagas, por favor.

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Mas é um direito meu concluir.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Então, conclua, por favor.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor, o Vereador é o último orador e está encerrando sua fala.

Vereador, V.Exa. tem mais 30 segundos para encerrar.

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Gosto de deixar minha opinião bem clara. Sou favorável, e essa é uma decisão que cabe a mim e a outros 54 Vereadores desta Casa. Não tenho problema algum em me manifestar e parabenizo todos que fizeram o mesmo. Agora, tem de haver respeito. Se vocês entrarem no meu *site*, verão projetos de hospitais e de escolas. Não vi ninguém aqui se manifestar em apoio a projetos de creches e escolas. Isso é respeito.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor, nobre Vereador!

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Gostaria de agradecer imensamente a todos que aqui compareceram e, com educação ou não, ouviram o que eu tinha a dizer. Não se faz política sem a presença das pessoas.

Para encerrar, no entanto, tenho de deixar registrado que respeito muito a opinião de todos, mas acho que é muito ruim que Vereadores desta Casa estimulem o ódio coletivo contra ideias.

- Manifestações no recinto.

O SR. FRANCISCO CHAGAS – O senhor não é vereador.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor, Vereador Francisco Chagas!

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – (Fazendo soar a campainha) – O Vereador não se dirigiu a vocês. Por favor.

O SR. FRANCISCO CHAGAS – O senhor não é vereador. O senhor não está ouvindo e uma das principais coisas da democracia e do diálogo é ouvir. O senhor tem de ouvir, o senhor não pode ter ouvido de mercador.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Por favor!

O SR. FRANCISCO CHAGAS – Fico lisonjeado e agradeço todos pelos votos que me dedicaram na última eleição.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Gostaria de comunicar o último orador.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – (Fazendo soar a campainha) – Por favor! Por favor! Gostaria de anunciar o último orador, o Sr. Marcelo Brunella.

O SR. MARCELO BRUNELLA – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, quero cumprimentar V.Exas. e todos os cidadãos que estão presentes. Deixo claro que estou aqui como cidadão brasileiro, porque, antes de ser paulista e paulistano, sou um brasileiro como todos nós, apesar de não representar nenhum grupo ou movimento.

Srs. Vereadores, é realmente necessário, em pleno centro de São Paulo, um instituto dedicado ao Presidente Lula? Não estou tirando os méritos e a contribuição do Presidente ao nosso país, mas acredito que, como bem dito por todos os que são contra a cessão do terreno ao instituto, essa é uma apropriação indébita de um bem pertencente ao povo brasileiro. É indébita porque a democracia foi construída à pena e a sangue por todos os brasileiros desde o regime militar, quando fomos silenciados pela força e muitos foram mortos nos porões da ditadura.

Por tudo isso, não concordo que, dentre o nome de tantos heróis, somente o nome do Presidente Lula seja escolhido como o farol da democracia e da liberdade.

- Aplausos no recinto.

O SR. MARCELO BRUNELLA – Isso é um desrespeito à democracia deste país. É um desrespeito a todos os que lutaram, que foram silenciados e mortos. No começo desta audiência, o defensor do Instituto Lula citou o Instituto Juscelino Kubitschek e depois foi citado o Instituto Fernando Henrique, mas é importante ressaltar que o instituto que homenageia o Presidente Kubitschek foi criado após sua morte. Então, qual a intenção de se dedicar um

instituto a um presidente que ainda está vivo? Não será esse o segundo instituto dedicado ao Presidente Lula na região metropolitana de São Paulo?

Não estou tirando o mérito do Presidente Lula, mas todos nós temos direito de expressar nossas opiniões, como fizeram os Srs. Vereadores.

No final das contas, pela construção histórica da democracia e por todos os problemas que o nosso país enfrenta, isso tudo é muito constrangedor.

Durante a ocorrência desta audiência, circularam no recinto dois artigos da *Folha de S.Paulo* do dia 28/04: um redigido pelo Vereador Floriano Pesaro, contra o instituto; outro, redigido pelos Vereadores José Police Neto, Chico Macena e Eliseu Gabriel, a favor. Ressalto uma frase que representa bem o que acredito ser contra o Instituto Lula: “Tudo indica que estamos diante de uma privatização, não só de um terreno, mas da democracia brasileira”.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Agradeço ao Sr. Marcelo, o mais jovem orador do dia.

Antes do encerramento desta audiência, comunico que recebi um manifesto, mas não consegui saber quem o assina.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Tião Farias) – Como vai ser anexado ao PL, gostaria que todos os movimentos que recolheram assinaturas assinassem seus nomes no documento.

Agradeço aos Srs. Vereadores Dalton Silvano, Claudio Fonseca, Floriano Pesaro, Aurélio Nomura, Alfredinho, Adilson Amadeu e aos demais presentes a presença. Agradeço principalmente ao Presidente desta Casa, o Vereador José Police Neto, que, de uma maneira muito humilde e gentil, permaneceu presente o tempo todo para acompanhar os debates, mesmo não sendo de praxe, necessário ou regimental. A presença de V.Exa., nobre Vereador, enobreceu muito o nosso debate; no mínimo nos sentimos vigiados de perto pelo chefe do Poder Legislativo.

Permanecemos neste recinto durante três horas, e o debate teve seus momentos mais quentes. Mesmo assim, gostaria de agradecer a todos a presença. Todos os documentos entregues serão anexados ao projeto e tudo o que foi falado na tribuna estará registrado nas notas taquigráficas, que também farão parte do processo.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta reunião.

Estão encerrados os nossos trabalhos.
